

## Crueldade e cruieza do binarismo

Teresa Levy

### 1. Preâmbulo

Algum tempo antes de começar a escrever este texto, trabalhei sobre a questão da diferença, nomeadamente sobre a questão de *uma* diferença inscrita num contexto também marcado por outras diferenças. Tratava-se, mais concretamente, de responder à questão: haverá alguma singularidade que distinga a 'diferença' do feminino de outras 'diferenças', marcadas por outras categorizações que reconfiguram e hierarquizam os humanos em termos de sexo, classe, raça, idade, identidade sexual? A tarefa, tal como ela se me apresentou antes mesmo da procura de uma resposta, implicava a delimitação de um espaço onde a pergunta pudesse ser feita de modo a fornecer uma base comparativa dos diferentes grupos delimitados por essas categorizações. A primeira resposta que me permitiu prosseguir na senda do comparativo veio do reconhecimento (já inscrito nas categorias que seleccionei, admito) que todas estas categorias dividem os seus membros dicotomicamente, dicotomia essa que marca também uma hierarquização, pois todas elas assentam num implícito que permite a ostentação de um polo não marcado à volta do qual os membros de um mesmo grupo se organizam. Considerando agora as categorias que aqui me interessam salientar, posso, com base nas demarcações categoriais e nas dicotomias hierarquizantes observadas dentro dos grupos, obter um espaço definido por vectores que se intersectam num polo central, ocupado pela figura composita, homem-branco-jovem-heterossexual, que permite demarcar grupos (simples e compostos) e, dentro de cada um deles, as relações posicionais dos seus membros. O espaço de posições que assim podemos obter não é obviamente nem um espaço lógico nem um campo empírico mas mostra, de um ponto de vista relacional, os lugares de pertença dos sujeitos dentro de grupos como, o grupo das mulheres, o de não brancos, o dos homossexuais e o dos não-jovens, etc. A análise do terreno social, permite mostrar que estas

posições não são naturais nem fixas, mas antes lugares de lutas com dinâmicas que advêm de longas histórias de relações de poder e da sua manutenção que mostram bem que a questão de quem nomeia e como e de quem é nomeado não é uma questão de clarificação de termos linguísticos. As relações assimétricas, que exprimem quem tem o poder de determinar os lugares de todos os seus outros, fazem parte constitutiva do que significa estar num grupo e não noutra. Fazem parte, por exemplo do que significa ser mulher, negro, homossexual etc. Esta dimensão da subordinação face a uma figura comum representativa do poder aparece-nos assim como candidata a ser medida de comparação dos grupos subordinados, permitindo estabelecer distinções sempre por ela mediadas. No entanto, as limitações desta perspectiva aparecem depressa, nomeadamente quando deixamos o nível geral de abstracção para atender a níveis mais particulares que mostram a heterogeneidade das lutas de classificação à volta das diferentes categorias. Só a um elevadíssimo nível de abstracção se podem comparar movimentos das mulheres das décadas de '60 e '70, que pode ser lido como uma luta à volta do significado da categorização dicotómica e hierarquizadora homem vs mulher, com a luta travada, por exemplo, por mulheres negras sujeitas a um duplo regime opressivo. Haverá alguma semelhança entre o estatuto das mulheres brancas e negras face respectivamente a homens brancos e negros mas logo que introduzimos, por exemplo, a relação entre o sub-grupo, mulheres brancas, e o sub-grupo homens negros a medida comparativa seleccionada começa a desmembrar-se e deixa de ser operacional.<sup>1</sup> Não vou alargar mais este preâmbulo, mas apenas mencionar as lições que me ficaram desse esforço analítico e conceptual e que mantêm a sua relevância. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que as categorizações práticas e conceptuais que operam as divisões e distinções que usamos na auto- e hetero-designação correspondem a lutas de poder, nomeadamente à volta da nomeação e da posição de indivíduos e grupos que emergem sempre num campo que cedo aprendemos já nos

---

<sup>1</sup> Cf. Por exemplo com o livro de Harding (ed.)(1993) *The 'Racial' Economy of Science: Toward a Democratic Future*;

reservou posições apropriadas.<sup>2</sup> Em segundo lugar, o perigo de uniformização entre grupos e dentro dos grupos. Em terceiro lugar, a necessidade de explicitar o contexto do meu ponto de partida para o que segue e que é o campo feminista interdisciplinar que procura pensar a ‘questão’ da mulher nas suas múltiplas dimensões. Por último, reiterar que esta delimitação, necessária para que possa dizer algo, implica sempre um momento posterior de recontextualização no campo mais vasto das diferenças.

## 2. dos homens e das mulheres

Apesar dos movimentos feministas, da consagração pública, pelo menos em princípio, da igualdade de homens e mulheres nas sociedades modernas, da aparente tolerância pelo que agora se chama ‘estilos de vida’, a questão do feminino ainda hoje se coloca, mesmo se deslocada, mesmo se sob suspeita.

Porque, de facto, que mais querem as mulheres? Já acederam ao espaço público onde já têm uma presença bastante significativa (mas não necessariamente representativa, note-se), há instituições públicas nacionais e internacionais especificamente destinadas a resolver desigualdades residuais nos países modernos e desigualdades mais significativas nos países em vias de desenvolvimento<sup>3</sup>, é-lhes reconhecida parceria no mercado global (elas representam uma fatia de consumidores que não se pode desprezar), já são cidadãs como os homens são cidadãos.

E, no entanto, esta aparente harmonia é precária, como se vê a cada crise social, a cada reivindicação de um possível que vá para além das margens que o dinamismo capitalista e liberal aponta. Há ganhos que espero irreversíveis mas, se os mecanismos da desigualdade já não são para nós, os modernos, frontais e primários, não deixam de existir, facilitados por um anti-intelectualismo que arrasa qualquer problematização e uma mediatização que, na sua voragem, tudo banaliza e tudo reduz. É neste contexto que a dissidência batalha, no risco constante da trivialização. É neste contexto que o feminismo trabalha (ainda).

Pergunto-me se será por acaso que a questão sobre o feminino impacienta sobretudo quando é posta por uma mulher, ou seja, da posição errada para a sua enunciação? Se o acesso ao

---

<sup>2</sup> Parece-me hoje crucial, para sairmos do discurso e celebração da diferença, extremamente ambíguo, que haja sempre que este seja acompanhado por análises críticas dos processos que geraram as diferenças de que falamos.

<sup>3</sup> Como podemos hoje explicar o tão grande empenhamento nas lutas pela igualdade reiterado por tantos, incluindo membros da Administração Americana, que hoje a lançam como justificativo da guerra no Iraque

espaço público não premeia fundamentalmente as mulheres com mais facilidade de apropriação do discurso dominante? Em determinadas circunstâncias, o discurso dominante aprende-se depressa. Independentemente de quem ocupa as posições dominantes no quadro que continua a subordinar a mulher, enquanto mulher, o discurso que é necessário desqualificar, senão ridicularizar, é aquele que ousa passar de uma particularidade para a reivindicação de uma diferença que introduz diferenças na compreensão do mundo, ou aquele que ouse deslocar um pressuposto para o nível onde ele se possa desconstruir, analisar e criticar. Independentemente das avaliações que possam merecer estas reivindicações ou estratégias, não é tanto o conteúdo que incomoda mas o próprio sujeito de enunciação que vai ver-se acusado de algum excesso ( de agressividade ou ressentimento) ou de alguma falta (não ser casada, de não ter filhos) que as separa das outras mulheres com características 'normais'.

É por isso que, nas suas múltiplas variações, a narrativa dominante que ainda hoje sustenta as noções de sexo, sexualidade e género, quer ao nível do senso comum, quer ao nível de certas disciplinas académicas, é fundamentalmente uma reiteração de um mesmo, devastadoramente simples. No princípio, era a 'diferença de sexos' ( sempre necessariamente complementada por uma união entre membros de sexos diferentes, implícita ou explícita na superfície do discurso); esta diferença é o imperativo da existência e perpetuação do homo sapiens, espécie que, paradoxalmente, se distingue das outras por uma ruptura com esse estado animal. Desde que foi dado à mulher o estatuto de membro dessa espécie, a necessidade de diferenciar esse grupo do grupo dos homens é expressa por uma qualificação da ruptura que separa o homo sapiens do resto do reino animal. O que acontece então é que essa ruptura assinalada pela divisão natureza/cultura não é exactamente a mesma para uns e para outros. A diferença de sexos, conjugada com a capacidade reprodutiva da mulher, vai mostrar que, no seu caso, a ruptura é substituída por uma zona imprecisa e variável entre o natural e o cultural. O facto de a mesma lógica se poder aplicar aos homens é apagado ou ignorado, porque o que interessa na divisão Natureza/Cultura é o que faz sair o homem, digo bem o homem como representativo da espécie, da animalidade. É a mistura destas duas divisões que, uma vez apagada a marca da heterogeneidade existente entre elas, torna possível reservar para as mulheres uma posição impura e ambígua e justifica o fundamento biológico não só de uma divisão irreduzível entre homens e mulheres mas do estatuto subordinado das últimas em relação ao primeiro. As tecnologias de reprodução e criadoras de espaços e seres artificiais mostram bem a dificuldade da manutenção desta narrativa, que, no entanto, continua a funcionar, dando às tecnologias um valor instrumental que não afecta em nada o significado do humano. É dentro desta narrativa que a mulher consegue ser representada simultaneamente como local de virtudes e como fonte de nefastos efeitos (sobre o homem), dependendo esta disparidade apenas da diferença entre representações da Natureza.

O conhecimento ocidental tem investido de maneira particularmente intensa na produção e reprodução desta narrativa que, apesar das suas variações históricas e geográficas, e das

contradições que nela se conjugam, mantém no biológico a fundação e fundamento das diferenças hierarquizadas entre mulheres e homens e que vão deste esta ordem até às ordens do agir e do pensar.

Para falar apenas de duas disciplinas recentes e que nos poderiam fornecer outros possíveis, vemos que, no campo da antropóloga Hérítier (1996) parte da diferença sexual, que ela encontra por toda parte e que considera o 'obstáculo inultrapassável' (também lhe poderia chamar 'o factum primordial') para mostrar que o pensamento emerge necessariamente desta predicação não questionável, porque condição primeira, e que esta é pois a base estruturante de todo o pensamento.<sup>4</sup> A psicanálise, por outro lado e apesar de todos os protestos em contrário, mantém, nas suas versões dominantes, o complexo de Edipo como o elemento estruturante primordial na constituição das subjectividades, onde é a figura do Pai que aparece como o outro que vem permitir a separação diferenciada dos rapazes e raparigas da figura da mãe.

No âmbito do conhecimento social e político encontramos também a construção e manutenção da mesma narrativa que vai servir, neste contexto, de base da arquitectura do edifício justificativo e normativo da posição subordinada da mulher nas relações de trabalho, nas relações sociais e no domínio político.

Já sem recurso a mitos ou ritos, o discurso da modernidade vai eleger a instituição do casamento como a resposta primeira da sociedade à questão da relação entre homens e mulheres<sup>5</sup>. Esta instituição apresenta-se como o correspondente social da função biológica e imperativa da procriação onde a distribuição de papéis entre homens e mulheres aparece justificada pelas especificidades biológicas desse imperativo. O casamento, anuncia assim a família como embrião da coesão social e matriz de todas as relações sociais, uma vez que ela assenta na ordem biológica da procriação. A família, resultado de um encontro entre um homem e uma mulher, apresenta-se como a unidade básica do corpo social, uma figura jurídica e também o local preferencial para o investimento dos afectos. A partir da procriação justifica-

---

<sup>4</sup> Como mostra Prokhoris, S (2000), esta afirmação implica, para lá de outras coisas, que o pensamento predicativo é único ou que todos os outros nele assentam.

<sup>5</sup> Agradeço à Céu Carmo Reis, o ter-me chamado a atenção para a variabilidade histórica e cultural do termo família e para modos distintos de abordagem. Sincronicamente podemos ainda diferenciar entre instâncias diferentes de onde se proferem as definições na família. No, entanto, quer como união religiosa ou civil há uma concordância sobre o seu fundamento.

As definições dominantes de família consideram esta última como um conjunto de indivíduos aparentados ligados entre si por: aliança (casamento), filiação, adopção e coabitação. Esta definição faz parte do discurso comum e é legitimada pelo direito e pelos saberes burocráticos produzidos pelo Estado.

se não só a preservação do património biológico mas também, e fundamentalmente, do património social expresso pelo nome de família.

Torna-se assim possível ir buscar a justificação das desigualdades sociais fora da família aos 'factos biológicos', nomeadamente à capacidade reprodutiva das mulheres donde decorre a sua natureza maternal e a sua função de manutenção desse espaço familiar, espaço íntimo da família. Como explica Arendt (1958), este espaço que assenta na necessidade de manutenção da vida é uma condição necessária ao espaço da polis, onde os homens livres aparecem e se reconhecem entre si enquanto tal. O mundo do trabalho aparece como um espaço nem privado, nem público, onde os trabalhadores procuram, pelo seu labor, assegurar as condições de existência do quadro familiar. Este arranjo mostra bem a diferenças de estatuto entre o trabalho no *domus* e o trabalho no *socius* e o papel subordinado das mulheres, sobretudo quando ficam na dependência económica do homem.

Este discurso, onde muitos outros assentam, é um discurso masculino, ou precisando melhor, o discurso da dominação masculina. Como já indicámos, mas convém talvez repetir, o facto de algumas mulheres aderirem e adoptarem estes discursos, em nada invalida o que eles exprimem e a sua relação com as condições de desigualdade das mulheres. Há razões, que não vamos detalhar aqui, que explicam esta aceitação e o contributo objectivo dado ao reforço deste discurso. Como já Simmel (1989, trad fr) o dissera, o discurso dominante é tanto mais eficaz quanto se oferece e é aceite como o discurso universal e não como o discurso proveniente de um poder relativo e particular. Para ele, o sexo masculino « torna-se o humano universal que regula o masculino particular e o feminino particular ».

### **3. Do género**

Não podendo aqui especificar todo o percurso das lutas das mulheres que desemboca nas lutas feministas dos anos '60 e 70', selecciono os movimentos dessa época e os estudos feministas que conseguiram arranjar um lugar nas instituições universitárias, especialmente

nos Estados Unidos, para referir a emergência de uma análise crítica, do ponto de vista das mulheres, do discurso de dominação masculina.

Esta escolha permite-me introduzir o termo género, que começou por consagrar-se nos estudos anglo-saxónicos e depois se alargou a outros países e ao discurso profano, na sua intenção primeira.<sup>6</sup>

Com a 'primeira vaga do feminismo', de certo modo, a herdeira mais directa dos movimentos a favor da igualdade dos sexos que começam no século XIX, o que estava fundamentalmente em causa era, como hoje se diz, a cidadania para todos. Em termos de cidadania, o traço a realçar é a igualdade. Nesta época, o discurso da igualdade não era unicamente reivindicado pelas mulheres, mas por outros grupos definidos em termos de oposicionalidade relativamente ao grupo dominante – trabalhadores, colonizados, minorias étnicas, etc. Do ponto de vista do dominante, a amálgama era inevitável. Por isso se diz, mulheres e marxistas, mulheres e socialistas, mulheres e materialistas. Cópulas que cedo se desfizeram. Reivindicadas primeiro para a seguir serem pedras de arremesso para desacreditar, dentro dos movimentos das mulheres, os grupos mais radicais que falavam simultaneamente de mudar o sistema político, principal garante das desigualdades. Por outro lado, o discurso da igualdade não foi apenas usado por esses grupos mais radicais. Está também presente nos discursos reivindicativos das mulheres que ocupam posições dentro de um campo liberal muito mais vasto. O pensamento político liberal moderno afirma a universalidade da cidadania na medida em que o estatuto de cidadão transcende singularidades e diferenças. No caso das mulheres, isto implica dizer que, independentemente das marcas usadas para lhes dar um estatuto subordinado no domínio do privado e em muitas esferas do campo social e da produção de conhecimento, elas adquirem um estatuto de cidadania que é o mesmo para todos. A igualdade situa-se aqui ao nível do mesmo, o que implica que o ideal de uma cidadania universal, para além de exigir a sua

---

<sup>6</sup> A célebre frase de Simone de Beauvoir onde a maior parte das feministas ainda se revêem, “on ne naît pas femme on le devient” mostra que o género é um termo que entra nos discursos francófonos posteriormente aos movimentos feministas nessa zona e que reivindicavam o mesmo que as suas irmãs norte-americanas

generalização, um entendimento da universalidade como aquilo que se opõe ao particular. É, nesta medida, e por princípio, uma universalidade cega, às diferenças individuais e de grupo, tal como a lei. Esse nível do mesmo reivindicado era obviamente o nível reservado até então aos homens.

Retrospectivamente, podemos dizer que, se muitas dessa lutas dos séculos XIX e XIX deram lugar ao alargamento do estatuto de cidadania, este não teve como consequência 'natural', nem a liberdade nem a igualdade para todos. As democracias liberais e capitalistas acomodaram a generalização do estatuto de cidadania ao nível dos princípios e da retórica mas isso não levou à justiça social, à igualdade e ao fim da opressão. Diferentes razões são hoje apresentadas como explicação para este 'estado de coisas'. Muitas e tão diferentes que é necessário aqui fazer uma distinção analítica entre razões exógenas aos movimentos pela igualdade, e os movimentos críticos dentro desse movimentos. As razões exógenas indicam, sem dúvida, uma vitória à escala global do modelo neo-liberal, gerador do contexto mas não do horizonte em que habitamos. Merecem uma análise crítica constante a todos os níveis e em todas as áreas do ser e do estar de todos nós, indivíduos e grupos. Contudo, se este é o contexto que confrontamos não é a partir dele que quero formular a análise crítica do pensamento feminismo, mas do seu interior. Esta é uma precisão indispensável para evitar mal-entendidos e amálgamas, nomeadamente no que diz respeito à crítica do termo género que retoma aqui o seu lugar. Se muitas destas críticas têm origem na vontade de reintroduzir um discurso da diferença dentro do campo feminista, estas diferenças não são as mesmas que a diferença onde assenta o mecanismo da dominação masculina.

Desde as décadas de '60 e '70 que os estudos de género percorreram um trabalho epistemológico em várias direcções tendo permitido, nomeadamente, uma crítica sistemática das noções convencionais de masculino e feminino e da sua apropriação disciplinar. Temos hoje já um *corpus* impressionante de estudos dedicados a desvendar e questionar premissas biologistas, essencialistas e universalistas das diferenças sexuais, assim como a lógica binária



e hierárquica em que assentam; a problematizar a exclusão, o silenciamento da condição da mulher em teorias e informação que se diz do 'social'; a explicar e propor mudanças relativamente aos diversos mecanismos sociais que participam na construção de uma hierarquia entre géneros em que as mulheres e o feminino ocupam um lugar subordinado, senão omitido. No campo de intervenção, as mulheres mostraram não só que não estão presas pelos ditames do biológico, como ainda a sua capacidade para lutar contra os mecanismos sociais e simbólicos da dominação masculina.

Este sucesso vem explicar o uso intensivo desta noção de género, a sua enorme generalização, a sua apropriação pelo discurso profano e a sua adopção em textos de instituições como a ONU e a União Europeia. Transportado e reinserido em diferentes contextos, o seu trajecto tem sofrido várias mudanças e algumas vicissitudes. Simultaneamente, à medida que as teorias feministas se foram reelaborando e diversificando, o termo género foi ganhando uma história e foi sendo objecto de uma saudável tradição crítica. Neste trajecto, o termo foi sendo confrontado com novas categorias teóricas e instrumentos metodológicos que se foram impondo com o mesmo objectivo de compreender e explicar como é que as diferenças hierárquicas entre homens e mulheres se construíram ao longo da história e em diferenças culturas, como se reproduzem e transformam. Como noção-em-uso, o género passou de contra-senha da comunidade intelectual e política ligada ao feminismo a objecto de controvérsia conceptual e prática dentro e fora do campo feminista.

É retrospectivamente que podemos hoje perguntar:

Como é que em pouco mais de duas décadas, o 'uso intensivo' desta noção alimentou, por outro lado, análises críticas que chegam mesmo a questionar as premissas que são o seu fundamento e a sugerir a sua eliminação?

Como foi possível que correntes de forte pendor biologista, comportamentalista e evolucionista o tivessem apropriado, recolando-o às determinações biológicas de sexo e re-apresentando-o na forma de comportamentos aprendidos com base nessas determinações?

Como é que correntes sociológicas e outras o transformaram numa variável de base para todo o tipo de estudos dos processos relativos à situação da mulher, mantendo-o inquestionado e retirando-lhe toda a sua força política, como se as lutas dos diferentes modos do poder que

fazem de uns os dominantes e de outros os dominados se pudessem reduzir a uma questão de diferenciação de papéis sociais?

Como é que ao nível do senso comum, foi possível a sua reapropriação de modo a torná-lo quase como a máscara 'civilizada' para falar de diferenças sexuais e sexuadas?

Em suma, como é que temos hoje um termo, o género, com o qual é possível dizer algo e (quase) o seu contrário?

Ficámos assim numa situação extremamente difícil: contra versões deterministas e contra a banalização provocada pela sua usura nos mercados de 'marketing, é necessário continuar a assinalar a dimensão crítica que está no impulso inicial da escolha do termo género. Contra o discurso tendencialmente uniformizador da igualdade, é preciso continuar a submetê-lo a análises críticas.

Consagrou-se um termo para sair da crueza e crueldade de discursos e práticas assentes na dicotomia sexo masculino/sexo feminino como factor explicativo e/ou justificativo das desigualdades sociais, deslocando-os para o espaço público, mas outros problemas surgiram.

Foi-se construindo, de uma maneira ou outra, uma 'genealogia política das ontologias do género", isto é, uma desconstrução da sua aparência substantiva iluminando os processos de naturalização que produzem esse efeito.

De um ponto de vista conceptual, podemos dizer que os nós onde se verificam reavaliações mais ou menos radicais têm muito a ver com uma imprecisão endémica ao conceito, com uma ausência de problematização entre sexo e género que deixa o corpo como um inquestionado e a primazia dada ao discurso da igualdade.

Lembremos que o termo género que aparece nas teorias e nas práticas feministas fora proposto por Stoller num estudo sobre transexualismo, *Sexo e género* (1968), onde a preocupação era a dissociar o sexo biológico de tipos de comportamento apelidados de 'feminino' e 'masculino'. Stoller procurava assim relativizar as relação entre eles e mostrar que 'género' diz respeito a um conjunto de comportamentos não relacionados com alguma 'essência' biológica. Como já vimos, foi essa dissociação que permitiu a reconceptualização das ideias sobre a mulher, suas funções e comportamentos em termos das interacções sociais e não em termos de um essencialismo biologista e fixista. O enorme resto que assim ficou por dizer, veio forçar as especificações do termo em confronto com posições que foram surgindo em várias áreas.

Começamos então pela mesma área por onde começámos, ou seja, pelas abordagens das teorias políticas de uma perspectiva do género, para passar depois ao campo das ciências sociais, onde o género aparece como uma categoria.

Como já vimos, a introdução do termo género no âmbito das teorias políticas permitiu sobretudo a reelaboração dos problemas da igualdade cívica. Foi justamente aqui que

parámos, no modo de introduzir a diferença no campo aparentemente universal e neutro da cidadania.<sup>7</sup> Essa interrupção foi, de certo modo, uma expressão do impasse na formulação do direito das mulheres no campo social e político. A igualdade formal que não garante uma igualdade real, por um lado, e a procura de um ponto de vista que desse conta de especificidades da mulher, apontam para uma reavaliação do conceito de género, já que a dissociação por ele operada não parece dar grandes respostas às superações apontadas. Como argumenta Iris Young (1990), a teorização do género surge como uma das últimas 'grandes narrativas' da modernidade, justificada pelo desejo das feministas em arranjar um contraponto às teorias marxistas nas quais a categoria classe fazia desaparecer todas as outras formas de opressão e discriminação. Neste contexto, o género deveria ser uma categoria com o mesmo peso teórico que a categoria classe. Daí algum mimetismo e uma dificuldade similar na revisão e superação da chamada 'hipótese repressiva' face a novas realidades.<sup>8</sup>

No campo das ciências sociais, os estudos de género têm-se centrado na análise das construções sociais do género masculino e do género feminino, dando especial relevo às relações de desigualdade entre géneros. Como, geralmente, os valores do género continuam a ser dois e discretos, o que se pretende dar a ver? Que atributos são incluídos nesta divisão: atributos corporais? Atributos culturais, sociais, cognitivos? Os candidatos são imensos mas, mesmo que se suponha que o seu número é finito e que todos eles se podem apresentar numa única dimensão de análise, a mera enumeração não chega para explicar as normas das relações de sexo. Não dá também para ver como expressões de género e identidades de género se podem associar, dissociar ou fazer aparece as discrepâncias. Esta abordagem pressupõe a existência de um 'eu' originário que, através da socialização familiar, escolar e noutras instituições, adquiriria determinadas capacidades, determinadas motivações e aspirações e interiorizaria um conjunto de normas e regras de modo a adaptar-se àquilo que a sociedade considera 'próprio' e em conformidade. Afirma, de certo modo, que há um texto a ser aprendido, para que a reprodução de uma ordem de género não sofra quebras. Muito otimisticamente afirma, por vezes, que a análise crítica é, por si só, promotora de mudanças.

Na sua generalidade, esta abordagem é compatível com a explicação biológica, de pendor comportamentalista ou de pendor evolucionista que mais não faz senão colar à diferença de sexos, uma diferenciação de comportamentos baseados na determinação biológica.<sup>9</sup>

O funcionalismo também não tem dificuldade em acomodar esta categoria como o prova a 'teoria da socialização dos papéis' de género e que foi já sucintamente exposta acima. Esta

---

<sup>7</sup> Esta visão está muito perto das ideias que estiveram na base das revoluções francesa e americana.

<sup>8</sup> Cf. Também com os trabalhos integrados na obra *Genre et politique* (2000)

<sup>9</sup> Cf. *The Scientist - From Freedom Ride to Gender-based Biology*

Date: Wed, 17 Sep 2003 22:26:23 onde gender-based research, por exemplo, refere as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito a determinados medicamentos.

teoria continua a ser muito apreciada, nomeadamente no campo educativo, pois permite, de modo expedito, chamar a atenção para estereótipos que podem tornar-se objecto de crítica. É uma abordagem com alguma eficácia prática mas que escamoteia, entre outras, a questão do poder expressa nos mecanismos mais variados de regulação e controlo de indivíduos e grupos. É uma abordagem que fica muito ao nível do fazer e do estar, não aprofundando as razões dos comportamentos codificados que indicam a cada um o seu grupo de pertença. Tem sido usada, com algum voluntarismo, na modificação de comportamentos que, do exterior, podem bloquear as possibilidades de escolha das jovens e das mulheres. Para citar um exemplo numa área em que trabalho, veja-se, por exemplo, a quantidade razoável de programas a nível da EU que visam promover uma maior entrada de mulheres em áreas das ciências (duras) e das engenharias. Um de dois implícitos detectam-se na análise de projectos a que tive acesso. O primeiro assenta na crença que a desigualdade de género nestes campos se deve a uma imagem da ciência que colide com os tratamentos diferenciados de que são alvo as jovens e as mulheres. Mostra que hoje, ainda não é evidente que a mulher e o homem têm, em princípio, as mesmas potencialidades para aceder ao nível de abstracção que o processo científico exige e de onde a ciência se enuncia. Nesse programas, os pressupostos, processos e discursos das ciências e das tecnologias da perspectiva do género são pouco interrogados, porque se aceita que estes são neutros em termos de género. O segundo implícito assenta na crença de que o aumento das mulheres nestes campos os vão modificar e torná-los mais atentos ao que esse ponto de vista do feminino pode trazer. Infelizmente, pouco se diz sobre esse complemento ou suplemento e, portanto, este é muitas vezes entendido como a introdução do particular feminino na ciência. Qualquer pessoa que tenha trabalhado nos campos das ciências sabe quão vulnerável fica qualquer mulher que explicita essa crença ou esperança<sup>10</sup>. Assinalemos que já existe hoje um conjunto importante de trabalhos na área de estudos sobre as ciências e as tecnologias feitos de um ponto de vista feminista. Infelizmente, não me parece que seja uma área com impacto institucional e no 'fazer' das ciências. No contexto actual, torna-se ainda importante perguntar porque é que outros campos, nomeadamente a filosofia, onde a disparidade entre homens e mulheres é igualmente notório, não são objecto da mesma atenção. Esta diferenciação levar-nos-ia longe mas o caminho a trilhar não está no âmbito deste artigo. Queria apenas salientar que a questão das mulheres na ciência implica uma análise crítica muito mais vasta, para que ela não se reduza a mostrar que as mulheres também são capazes de trabalhar do ponto de vista do masculino. Segundo E. Fox Keller (1986:67): "Ao ensinar-nos a ver o género como socialmente construído e culturalmente transmitido, como algo que organiza os nossos mundos interior e exterior ..., a teoria feminista deu-nos um instrumento com um poder subversivo enorme" e acrescenta: "com esse instrumento vem uma obrigação, nada menos que a desconstrução e reconstituições do conhecimento convencional".

---

<sup>10</sup> O caso Sokal é também um caso em que se vê que os ataques às feministas é ainda mais feroz e mais depreciativo que aos dos outros visados.

Esta citação permite-nos falar agora de uma outra corrente de análises de género e que é, sem dúvida, a que hoje mais peso tem, em termos da sua articulação teórica e da sua recepção no seio das feministas das academias. Esta teoria assenta em premissas vindas do construtivismo social e mostra que os processos de construção das identidades sociais e das normas que as regulam e as condicionam se inscrevem e se incorporam em estruturas e dispositivos que ultrapassam o nível das vontades individuais. Só assim se compreende a força de resistência dessas estruturas e desse dispositivos e a sua permanência, apesar do ‘discurso da mudança’. Estas reformulações permitiram ainda que o espaço de teorização se alargasse à história, à antropologia, às análises discursivas e às análises críticas das artes e das ciências.

Relendo a citação anterior, vemos que Keller usa aqui a noção de género não no contexto de um discurso de igualdade no espaço público, mas para interrogar o espaço do conhecimento. Nas suas análises críticas das ciências biológicas, Keller tem mostrado, de modo que penso convincente, que há ‘marcas de género’ nos discursos dessas ciências, ou seja, que eles se enunciam a partir da posição de género masculino que, porque dominante, se considera universal. Precisamos, no entanto, de ir mais longe e perguntar que possibilidades se abrem do ponto de vista epistemológico e no interior das ciências. Será que queremos rectificar a posição do ‘neutro’ que é a ciência? Será que queremos defender a existência de uma pluralidade de posições de onde se pode enunciar um discurso científico? Queremos uma outra ciência? Queremos usar o discurso da igualdade para dizer que não há características constitutivas do género feminino que mostrem a impossibilidade de a mulher fazer qualquer das operações cognitivas que a ciência põe em jogo? Queremos introduzir a diferença ao nível das hierarquizações entre os sistemas de conhecimento, ao nível dos programas de investigação, ao nível da formulação das questões e da avaliação de resultados, ao nível dos modelos usados? Muitas questões, algumas ainda muito embrionárias, que já estão a ser alvo de uma estratégia demolidora dentro da ‘guerra das ciências’, que não pode ser ignorada.

Seguidamente, espero mostrar que a consideração conjunta dos termos género – sexo – sexualidade, aponta para uma simplificação que não tem que estar, mas geralmente se encontra, nos estudos de género. De facto, as consequências de evacuar (ignorando ou silenciando) as questões de sexo e da sexualidade são importantes para a clarificação do pensamento feminista e do modo como ele vai participar e contribuir para o debate contemporâneo mais geral.

#### **4. Sexo, género e sexualidade**

Como indica M. Wittig (2002), sexo, género e sexualidade são três termos que, quando postos em relação, quer a nível do senso comum quer a nível analítico, se mostram extremamente escorregadios. Segundo a sua interpretação, o que o pensamento feminista veio permitir foi o “mapeamento de um espaço entre algo que se chama ‘sexo’ e uma outra coisa que se designa

por ‘gênero’”. Assim se explica que, no início dessa tarefa, se tenha aceite uma concepção biológica do sexo e o modelo dos dois sexos que pressupõe a existência de um grupo de características irreduzíveis que diferencia os membros da espécie homo sapiens. Esta aceitação tem consequências importantes. Em primeiro lugar, por omissão, permite que se deixe para as ciências biológicas e biomédicas a tarefa da definição científica do sexo e das diferenças de sexo. Não questiona pois o que há de provavelmente mais inquestionado no senso comum: a divisão sexual, ou seja, a repartição de todos os humanos por dois sexos discretos e opostos.

Ora o que as ciências biológicas e biomédicas nos dizem é que essa divisão não é assim tão clara como isso, há quem proponha a consideração de mais de dois sexos<sup>11</sup>, etc. e que as suas investigações procuram em níveis cada vez mais invisíveis as determinações diferenciadoras em níveis cada vez mais invisíveis: órgãos internos, hormonas, química do cérebro, genes, etc. Nada disto abala muito as nossas mais arraigadas crenças que não remetem para nenhum desses níveis de descrição científica e que faz fé noutras marcas observáveis. Assim, por exemplo, quando alguém aparece no nosso campo perceptivo, a sua identificação sexual é aquela que mais imediatamente se dá a ver, como o atesta a frase de uso corrente: “Estou a ver uma pessoa do sexo oposto”. Esta uma disposição aparece-nos como universal e praticamente como constitutiva dos humanos. Só quando interpelados, só quando há erro, somos levados a questionar o que aparece como evidente. Esta não é uma atitude particular a estes casos, é aquilo que fazemos normalmente no nosso quotidiano, é mesmo aquilo de que nos valem para ir atravessando esse quotidiano, o que mostra bem porque resistimos a esse questionamento.

Porquê, então, dar conta das discrepâncias que existem entre o funcionamento do mesmo termo em dois contextos diferentes? Porque a instância da ciência é aquela a que recorreremos quando queremos ter argumentos de autoridade ou calar uma especulação, dizendo “ a ciência já provou” ou “isso é um facto”.

---

<sup>11</sup> Fausto-Sterling, Anne. 1985, 2000

O que os leigos retiram da ciência não são os conteúdos mas a força da autoridade científica e um certo número de termos com uma aura de cientificidade que recontextualizados, enquadram e penetram o discurso justificativo do senso comum. Para o nosso caso, quando a questão da identidade sexual se levanta, não a apercebemos geralmente como algo que põe em causa a nossa capacidade de identificação mas como algo de anómalo no outro. Trata-se, nesse caso, de mostrar o que é que no outro nos enganou. Só em casos particulares, é que reconhecemos que, aquilo que pensamos evidente, afinal pode não sê-lo. Em qualquer dos casos, mas mais intensamente no segundo, é importante recorrer a instâncias legitimantes por todos reconhecidas. Na modernidade, é a ciência a melhor candidata. Ma o que o senso comum faz (e nós com ele) é acenar a ciência como legitimadora da sua certeza, sem que, ao mesmo tempo se sinta necessidade de usar nem as definições nem os esquemas científicos explicativos. Por seu lado, a ciência enterra o senso comum na zona dos pressupostos e parte à procura das diferenças nos níveis que estuda. Este mecanismo circular é um dos participantes mais eficazes nos processos de naturalização das diferenças entre homens e mulheres.

Como não sabemos e nem pretendemos aqui fazer uma avaliação da validade dos modelos que as ciências propõem, vamos usar a diferenciação cromossómica, a título de exemplo. Esta divisão permite a distinção entre membros da espécie caracterizados pela associação XX e outros caracterizados pela associação XY. Esta divisão serve para todos os membros da espécie, mesmo para os que apresentam dimorfismos mais ou menos marcados na formação genital, na pilosidade, na função hormonal e na capacidade reprodutiva.<sup>12</sup> Neste sentido, o sexo, que Wittig refere como o “sexo cromossómico” ; é uma espécie de ‘material bruto’ mínimo onde assenta a construção social de género. Por razões já explicadas, este sistema “sexo/ género, como lhe chama Gayle Rubin<sup>13</sup>, maximiza as relações entre atitudes,

---

<sup>12</sup> Não se incluem neste trabalho o caso dos os hermafroditas, intersexuados ou transexuais

<sup>13</sup> Traffic, 159

comportamentos, identidades, etc. e o género, e tende a minimizar as atribuições que remetem para relação com o 'sexo cromossómico'.

Por outro lado, o que não podemos deixar de notar é que o termo 'sexo' cobre muito mais que o 'sexo cromossómico', como os próprios os biólogos reconhecem. Um dos problemas de demarcação com que nos confrontamos pode ser atestado pela linguagem corrente que nos revela uma longa história de sobreposições de atributos que ora remetem para o sexo ora para o género. Por exemplo, na frase que usámos, "estou a ver uma pessoa do sexo oposto", o termo sexo deveria ser substituído por género. Isto corrobora o nosso argumento anterior: o senso comum infere o que chama de 'sexo' a partir de uma série de marcas contradistintivas de nível variado. Se há geralmente marcas corporais incluídas, elas não são invariantes biológicos, nem necessariamente mutuamente exclusivas. Mais ainda, não é a descrição cromossómica que nos autoriza a afirmar uma divisão entre opostos. No pensamento ocidental, desde há muito que assentamos essa divisão na presença/ausência do órgão que metonicamente marca sexualmente os humanos. Hoje, por exemplo, as ecografias que permitem de determinar, de maneira fiável, a identidade sexual do bebé antes do seu nascimento baseia-se precisamente nesse mecanismo.

Daqui se conclui, por uma lado, que nem todos atributos biológicos são invariantes naturais mas que, ao contrário, alguns podem mesmo ser aprendidos e modificados e, por outro lado, que há variações históricas e culturais na escolha desses atributos, os mesmos que nos aparecem como factos. Fica também inquestionada a relação pressuposta entre o nível cromossómico e as marcas observáveis.

Tudo isto nos obriga a pensar como é que no sistema sexo/género diferenciamos as marcas de identificação sexual das marcas de género e isto porque a separação entre o que é invariante e o que pode ser modificado é muito mais difícil do que fora previsto mesmo nos quadros do pensamento feminista. Sabemos todos que a identificação sexual predicada a um humano é muito mais ampla que identificação científica e mesmo mais lata que aquela que se baseia na presença/ausência do órgão sexual, par excellence.



A mulher sabe disso muito bem, pois é difícil pensar a gravidez sem ser em termos de determinação biológica. Se ela decorre da actividade genital de um homem e de uma mulher, ela passa muito depressa a ser olhada como aquilo que, para as mulheres, dá sentido a essa actividade no quadro familiar. Como devemos então interpretar uma das lutas feministas mais famosas ( e inacabadas) que reivindicava (e reivindica) para as mulheres o direito do controlo do corpo e da reprodução, recusando aceitar que essa especificidade fosse usada para manter as mulheres entregues ao seu destino biológico? Se hoje, o chamado planeamento familiar (que se resume praticamente à apresentação dos diferentes métodos contraceptivos e a informações sobre os mesmos), está institucionalizado, não nos podemos esquecer toda a controvérsia gerada aquando do aparecimento da 'pílula'. O aborto, ou a sua legalização, por seu lado, continuam a dividir as sociedades e a ser objecto de penalização. Ora o que estas lutas tornam visível é precisamente a possibilidade que as mulheres têm actualmente, graças à tecnologia, de controlar essa condição 'natural'. Já nem a maternidade é o que era. Uma sombra de 'artificialidade' paira sobre ela. Mesmo sem pretender ter uma resposta sobre a 'naturalidade' mais ou menos contaminada da maternidade, não há dúvida que esta análise nos dá a ver a dificuldade de saber onde começam e acabam as categorias sexo e de género e como se articulam.

Foram razões desta ordem que levaram Wittig a considerar que é possível manter os termos género e sexo já não como duas categorias separadas, mas como o espaço de problematização do sistema sexo/género. Dentro desse espaço inclui todas as distinções físicas e culturais entre homens e mulheres.

J. Butler vai talvez mais longe quando afirma que mostrar que o sexo não é uma categoria natural mas política é parte necessária do movimento contra os binarismos e hierarquizações expressas nos espaços públicos e privados, sedimentados e legitimados por um discurso no masculino. Entendamo-nos: não é daquilo que passou e passa pela boca de cada homem

concreto que estamos a falar, mas dos dispositivos criados onde cada um de nós todos teve ou terá de encontrar o 'seu lugar'.

Como vemos, as limitações da noção género aqui analisadas vêm do facto de ela ter permitido a conceptualização do corpo como uma espaço neutro, onde se escrevem os significados aculturados do género. A inadequação desta conceptualização foi rapidamente reconhecida, quer no contexto teórico e filosófico quer no contexto da prática política assente na distinção sexo/género. Um dos problemas reside na manutenção da noção corpo 'genérico' que não é mais que o corpo masculino.

É neste contexto que podemos perceber a posição de feministas do campo pós-estruturalista que colocam a questão do sexo/género em conjugação com a questão da identidade. J. Butler, por exemplo, não defende que não há uma materialidade do sexo, como muitas vezes se tem dito, porque a análise dela se coloca ao nível da significação. É a este nível que ela recusa as noções naturalistas e essencialista do sexo, do género, da sexualidade e do corpo e afirma que todos estes termos estão implicados nos regimes de poder e conhecimento como aqueles que Foucault identificou no seu estudo da história da sexualidade. É por isso que defende que devemos olhar para o termo 'sexo' como algo que, em certa medida, aparece dentro das práticas discursivas do género, ou seja, os processos de categorização entre homens e mulheres, que subsequentemente constitui os corpos como 'naturalmente' sexuados:

For Foucault, the body is not 'sexed' in any significant sense prior to its determination within a discourse through which it becomes invested with an 'idea' of natural or essential sex. The body gains meaning within discourse only in the context of power relations. Sexuality is an historically specific organization of power, discourse, bodies, and affectivity. As such, sexuality is understood by Foucault to produce 'sex' as an artificial concept which effectively extends and disguises the power relations responsible for its genesis. (Butler, 1990:92)

Confirmamos também assim a necessidade de introduzir o termo sexualidade na problematização do sistema sexo/género.

O termo sexualidade é também um termo ambíguo, talvez ainda mais que o sexo. Sexualidade pode remeter para o espaço das diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino, o macho e a fêmea. Nas culturas modernas, a sexualidade (a que muitas vezes também se chama sexo) remete para qualquer coisa que inclui geralmente o espaço de problematização do sistema sexo/género de que fala Wittig, mas que não é definido por esse sistema. Por si só, este sistema não serve para cartografar tudo o que se mete no termo e na categoria sexualidade.

Tal como o sexo, a sexualidade humana nunca é apenas, da mesma maneira que a sexualidade de outros animais é.<sup>14</sup> Se a ordem na natureza funciona como uma matriz fundadora, não é a nossa animalidade que está no centro dos nossos interesses.

Mas, tal como acontece com o sexo, é nas ciências que se vai procurar a justificação da sexualidade normativa. Neste caso, o campo das disciplinas que se ocupam desta tarefa alarga-se consideravelmente. Não temos apenas as ciências biológicas, mas outras como a sexologia, a psicologia, a sociobiologia, a psiquiatria. Entre outras coisas, este alargamento mostra como a sexualidade remete, de um modo mais evidente que o sexo, para algo que ultrapassa a 'sexualidade biológica', circunscrita a regiões físicas, actos, ritmos e sensações associados à finalidade de preservação do Homo Sapiens. As restantes disciplinas mencionadas tentam controlar esse algo, que manifestamente resiste a estas objectivações, decompondo-o analiticamente em comportamentos, atitudes, disposições, disfuncionamentos, etc. Servem também como mediadores ou facilitadores da incorporação no senso comum de discursos científicos inacessíveis à maioria de pessoas e são as áreas que mais visivelmente se ocupam da delimitação do que constitui o conhecimento da sexualidade ( as questões a investigar, os métodos, hipóteses, etc.), que inclui assim o que é norma e o que é desvio, demarcação que as anuncia também como práticas destinadas a tratar as disfunções, ou no caso de isso ser impossível, a propor estratégias que, ao mesmo tempo que reforçam a ideia de uma norma (aplicável a todos) , levem os disfuncionais a ajustar-se à sua condição. Tudo isto ao mesmo tempo que procuram e afirmam o seu fundamento e a sua fundação no biológico.

Os dois espaços de conhecimento complementam-se na construção de uma visão unitária dos fins da sexualidade que assim se dá a ver como a 'sexualidade biológica'. Esta espécie de divisão de tarefas, vai permitir que o discurso sobre a sexualidade se diga numa série de

---

<sup>14</sup> Simon (1996)

termos nem sempre compatíveis: desde os genes, passando pelos cromossomas e o cérebro, apela também para a evolução da espécie e estende-se aos instintos, às disposições comportamentais, aos sintomas, às motivações, aos afectos e mesmo ao amor. Isto permite reajustamentos aos contextos, ou seja, maneiras diferentes de dizer uma suposta 'mesma coisa' e facilita a entrada de termos de 'cientificidade atestada' no discurso corrente. Permite ainda uma interpretação essencialista vincadamente biologista da sexualidade que, no entanto, não nos é apresentada em termos de animalidade, mas sob as formas mais satisfatórias de 'natureza feminina' e 'natureza masculina', que todos sabemos bem identificar. O determinismo é uma ajuda preciosa para a confluência de discursos de diversas ordens que sendo ordenadas em termos de causalidade nos permitem falar ao mesmo tempo de agressividade e genes, raça e IQ, por exemplo. Há pois toda uma concertação discursiva que diz e faz parte do 'dispositivo da sexualidade' de que nos fala Foucault, efeito normativo socialmente construído, que se apresenta como uma normatividade assente na 'diferença de sexos' e na heterossexualidade.

Esta abordagem permite-nos compreender que 'a realidade dos sexos' é uma produção de corpos do sexo masculino e do sexo masculino enquanto 'oposições assimétricas e discretas' efectuada a partir do campo dominante heterossexual. Para Butler, este espaço faz parte de uma matriz cultural na qual só certo tipo de identidades inscrita nos corpos singulares, é que podem existir. Outras possibilidades, outras identidades, outros corpos só podem sobreviver como desviantes. As duas identidades – masculina e feminina – aparecem assim como o garante e a marca da heterossexualidade dominante.

A persistência e generalidade desta tarefa de estabilização, por um lado, e a necessidade de reajustamentos constantes, por outro, mostra bem que o que está em jogo não é nenhum invariante a-histórico. Mostra ainda a oscilação entre uma confiança extrema na fortaleza do edifício e o pânico do seu desmoronamento anunciador de novos movimentos de rigidificação das normas.

O recurso à autoridade da ciência tem uma enorme influência na crença que este edifício é estável, consistente e portanto que os seus objectos, esquemas descritivos e explicativos são fiáveis. A ciência, mesmo que não conheçamos nada do que ela diz, descansa-nos: se já há conhecimento científico, as coisas estão sob controlo. Podem tratar-se, remediar-se ou, pelo menos, conter-se. Elas são a instância de o que o senso comum se serve sempre que as suas afirmações não conseguem passar como 'evidência' das coisas, quando estamos perante casos em que as coisas não estão bem: há anomalias, ambiguidades, impurezas. Na maioria das situações do nosso quotidiano não precisamos de justificações. Por exemplo, as controvérsias geradas à volta do reducionismo, visível hoje em áreas como a sociobiologia e o evolucionismo não têm qualquer efeito sob as nossas crenças mais arraigadas. Não precisamos de analisar os passos que vão da subjectividade ao gene. Basta que essa possibilidade exista para que a transformemos em certeza.

O discurso sobre a sexualidade joga não só no registo da identidade e diferença mas usa ainda as dualidades presença/ausência e visível/invisível, quer ao nível fenomenal quer ao nível discursivo. O campo da percepção é ainda o campo privilegiado para a identificação dos sexos, como já vimos, e para a identificação da sexualidade que acompanha o mesmo. O senso comum acomoda ao mesmo tempo a proliferação de sinais com conotação sexual e a norma de invisibilidade para os actos sexuais 'íntimos'. A heterossexualidade, enquanto norma, não precisa de análises do que se passa na 'intimidade'<sup>15</sup>, nem mesmo da verificação da procriação usada como fundamento dessa mesma heterossexualidade.

O que nos lança na dúvida, o que nos leva a encontrar justificações, o que exige explicitações não é só o reconhecimento de anomalias e a constatação de que os códigos que permitiam uma fácil identificação sexual e da sexualidade se tornaram mais ambíguos, menos nítidos, e menos acessíveis. É que, para já não falarmos do campo da experiência subjectiva, dessa questão do sujeito do sujeito moderno ou pós-moderno, não podemos ignorar que, ao lado do universo científico que delineámos, existe um universo que continuamente o interpela. Incluídos nesse universo estão a filosofia, a psicanálise, algumas correntes construtivistas e as artes. E estas áreas dizem também algo sobre a sexualidade. Nelas se projectam os fantasmas; nelas se exprimem imaginários e simbolizações individuais e colectivas, a desordem, o fora-de-ordem, os restos irrepresentados e irrepresentáveis.

Procuramos nas artes e na loucura, indicações de suplementos onde procuramos um sentido outro e mesmo uma verdade outra, a rasar os limites da racionalidade e da linguagem. Restos que remetem para os contornos fluidos e móveis das subjectividades contemporâneas. Daí a preocupação com tudo o que perturbar a serenidade da uma visão unitária. Para lá das razões sociológicas, advinha-se o desejo de ordem que alimenta muito do pensamento ocidental impregnado em cada um de nós, acompanhado sempre pela sua outra face subterrânea, onde

---

<sup>15</sup> Este tipo de contradições, que povoam o senso comum, não podem ser tratados como exemplos de uma obsessão de académicos, já que fazem parte do sistema de disposições sociais que informam, controlam e sancionam as decisões individuais. (Bourdieu)

circulam as transgressões que podem sempre experiências e contra-discursos que podem sempre aflorar a superfície das nossas certezas.

## **5. A construção da homossexualidade no discurso heterossexual**

O que nos interessa aqui é ver como é que o campo dominante define o termo homossexualidade, ou seja, como constrói, demarcando-se, as representações da homossexualidade. Não vamos aqui considerar as diferenças, por vezes, significativas entre a construção da homossexualidade masculina e a construção da homossexualidade feminina. Para isso, seria necessário analisar o que se vai produzindo sobre este assunto nos estudos feministas, 'GLB studies' e 'queer studies', o que se me afigura como uma tarefa importante mas extremamente difícil em Portugal e que, de qualquer maneira, se encontra fora do âmbito deste artigo. Aqui limitamo-nos a considerar apenas a divisão geral que separa 'hetero-' de 'homo-'

Começemos pela palavra : homossexualidade. Reconhecemos nela um uso substantivo - sexualidade que entre membros mesmo 'sexo'- e um uso predicativo – afirmar que X é homossexual é afirmar que ele tem relações sexuais com membros do mesmo sexo. É verdade que os significados daqui decorrentes se sobrepõem tanto que se reduzem a um só. No entanto, no seu uso substantivo, ela aparece como uma espécie de condição dos sujeitos por ela designados, enquanto que como atributo se limita a designar uma performance que não implica necessariamente desvios na parte constitutiva do sujeito. Embora os significados se sobreponham parcialmente, há também diferenças naquilo que cada um deles permite ou obscurece. A substantivação e a predicação permitem-nos fazer uma distinção analítica com consequências práticas entre o que se é (o que inclui uma determinação do sexo) e o que se faz que neste caso remetem para o campo das práticas sexuais. A verdade é que esta dissociação é extremamente instável, com o fazer sempre a escorregar para o ser e vice-versa. É essa constelação significativa que mais profundamente nos interroga, como se atesta na

linguagem que pode ir de referências as invisibilidades corporais até ao discurso amoroso. Donde quer que se olhe corremos sempre o risco de sentir aquilo que Freud designou como uma 'inquietante estranheza', ou seja, neste caso, o risco de confrontar um estranho que nos é perigosamente familiar.

Ao nível da ciência aquela dissociação faz parte dos dispositivos que transformam a homossexualidade num objecto a que ela dedica uma atenção particular.

A dissociação permite também que os homossexuais encontrem modos diversos de lidar com a sua hetero- nomeação, que podem ir desde a aceitação passiva associada a um silêncio no mundo social até afirmação positiva e ostensiva da diferença.

Como decorre da análise da heterossexualidade de que esta é um espécie de negativo ou de inversão mas não só, as divisões identidade/diferença, presença/ausência, visível/invisível vão ter um papel importante nesta construção.<sup>16</sup>

A homossexualidade incomoda porque ou quando visível, atrai porque diferente. Incomoda porque, quanto mais não seja, implica um esforço acrescido de identificação : à identificação sexual tem que se juntar a da sexualidade, já que em muitos contextos do nosso quotidiano moderno, a hipótese de que o sexo e sexualidade não concordem tem que ser posta. Como tornar esta discordância tratável do ponto de vista do conhecimento? Como é que no campo da nossa percepção quotidiana se faz esta dupla atribuição? Neste campo, os indícios da homossexualidade não podem vir de marcas sexuais, as tais marcas socialmente construídas, mas precisamente da sua ausência ou da sua diferença, sendo esta diferença identificada com o oposto. Daí os estereótipos do homem efeminado e da mulher masculinizada que tanto permeiam a cultura. Não deixa de ser um paradoxo interessante : ao contrário do que acontece com a heterossexualidade que não precisa, salvo em ocasiões de perigo (sexual), de se ostentar, a evocação da homossexualidade dá sempre a impressão de que é de sexo que se fala, o que confere, por transferência metonímica, aos homossexuais uma aura de um excesso

---

<sup>16</sup> Não vamos aqui atender às variações históricas e de lugar, dado a necessidade de respeitar as exigências que um artigo impõe.

de práticas, já por si duvidosas. Simultaneamente, as marcas indiciadoras de tudo isso não tem a ver com a sexuação dos sujeitos.

Ao nível do conhecimento, é sempre o mesmo esquema interpretativo e justificativo que funciona : fundação e fundamento biológico, causalidade e determinismo que me permitem ter discursos diferentes, correlacionados e ordenados. É esta a segurança que a ciência nos dá também neste caso. Não temos que saber o que as ciências nos dizem nem porque o dizem. Chegam as justificações 'psi' de muito mais fácil disseminação pois a causalidade e o determinismo tratarão do resto.

É certo que as ciências têm tentado dar repostas a esta confiança, como o demonstram as investigações sobre o 'gay gene', sobre as disfuncionalidades cerebrais que nunca falham no seu valor mediático e que vão aparecendo e desaparecendo a um ritmo próximo do estado social vigente, com as suas oscilações entre a tolerância liberal e a mobilizações convocadas sempre que há uma percepção de crise do que se entende chamar de valores (tradicionais). Disso mesmo dá conta também a mediatização dos estudos da psicopatologia da homossexualidade e seu tratamento (estudos de reconversão) que pareciam desaparecidos depois de a APA ter removido homossexualidade da lista das doenças mentais do seu manual de diagnóstico (DSM-III)<sup>17</sup>. Mais uma vez, o facto de não haver consenso por parte da comunidade científica sobre estas investigações e de haver dúvidas sobre os seus pressupostos, métodos e resultados, pesa muito pouco na mediatização dessas descobertas, sendo certo também que isso não interessa à opinião pública. Basta saber que há estudos para que se considere como provada uma causalidade biológica que dê conta e trate dessas incongruências da natureza. Interessante é também verificar que a recepção destas démarches pela comunidade gay está longe de ser consensual.

---

<sup>17</sup> Steve Connor *Furore over study that suggests 'cure' for homosexuality*, Independent, oct06, 2003



A tolerância, os factores de desorientação face à dificuldade de leitura dos códigos actuais, ou face à sua ausência, as transformações de comportamentos devido ao aparecimento da sida e uma vontade expressa de integração no mainstream social por uma parte significativa dos homossexuais ( visíveis também porque constituem já um grupo significativo de eleitores consumidores) convergiram e provocaram uma reacção de crispação da sociedade face a esses fenómenos.

A sociedade moderna tem grande capacidade para lidar com as suas margens ou fazer da invisibilidade tolerância. Os movimentos gay de hoje não são os mesmos que os dos anos 60 e 70 que hoje ecoam em sub-culturas bem delimitadas em certas zonas sobretudo urbanas. A maioria deles não são nem invisíveis nem marginais.

No Estados Unidos, em que todos estes fenómenos têm uma projecção de larga escala, a reacção de pânico que se tem gerado à volta do casamento de homossexuais<sup>18</sup>, e que tem levado sectores da direita mais radical a pressionar a administração de Bush para que, preventivamente, consagre na Constituição uma cláusula que impeça de modo explícito quaisquer veleidades nesse sentido, são bem o sinal amplificado da percepção de crise que afecta as bases mais sólidas dos valores ocidentais : o casamento com fins procreativos, a célula familiar. As estratégias mais liberais do 'not an issue' e do "don't ask, don't tell" que a própria Administração Bush parecia inclinada a favorecer, não são suficientes para apagar o pânico. Significativamente, a resistência à reivindicação do direito de adopção encontra um apoio mais generalizado se bem que menos mediatizada. Neste caso, é sobretudo a mobilização de peritos da áreas psi (incluindo a psicanálise) que dá que pensar. O objectivo é quase sempre o mesmo : fechar, com a autoridade que o seu estatuto lhes confere, o espaço das figuras possíveis, enunciando normas e regras inscritas em ficções que apresentam como realidades científicas.

---

<sup>18</sup> Cf. 'Gays celebrate Freedom to Marry Day' The Advocate, feb13, 2001

Apesar da tolerância que existe nas sociedades modernas, a situação dos homossexuais depende, em larga medida, do modo como são vistos em termos do investimento feito para manter estável e coesa a normatividade da heterossexualidade aplicável a todos.

Por isso, há também que superar a formulação dos confrontos em termos oposicionais, jogando na identidade e na diferença.

O desafio não está em desalojar o ponto de vista heterossexual mas em deslocá-lo: deslocá-lo porque a imagem da homossexualidade reenviada não é, sobretudo, uma visão simétrica, desloca-lo porque ele próprio tem que reajustar o ponto – não universal – onde até agora se situou.

---

Lisboa, 2003-10-19

Revisto 2004-03-10

## Referências bibliográficas

- Bayer, R. (1981) . Homosexuality and American Psychiatry. N.Y. Basic Books
- Braidotti, Rosi (1994). Nomadic subject. New York: Columbia University Press
- Butler, J. (1990). Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. New York and London: Routledge.
- Butler, J (1993). Bodies that matter. N.Y: Routledge
- Cixous, Helene (1976) 'Fiction and its phantoms: a reading of Freud's das Unheimliche' New Literary History 7:525-48
- De Lauretis (ed). (1986). Feminist Studies/Critical Studies. Bloomington: Indiana University Press
- Disch, E. (ed.) (2003). Reconstructing Gender: A Multicultural Anthology (3rd ed.) New York: McGraw-Hill
- Doan, Laura (ed.) (1994). The lesbian postmodern. N.Y. Columbia University Press
- Fausto-Sterling, Anne (1985). Myths of Gender: Biological Theories About Women and Men. New York: Basic Books
- Fausto-Sterling, A.(2000) Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality
- Foster, J. (1999). "An Invitation to Dialogue: Clarifying the Position of Feminist Gender Theory in Relation to Sexual Difference Theory," Gender & Society 13:431-456
- Fox-Keller, E. (1990) 'From secrets of life to secrets of death' in M. Jacobus, E. Fox Keller and S. Shuttleworth (eds.). Body/Politics: Women and the Discourses of Science. New York and London: Routledge
- Freud(1985). L'inquiétante étrangeté et autres essais. Paris: Gallimard
- Frye, M. (1983).The politics of reality. Freedom:The Crossing Press
- Gatens, M. (1996). Imaginary Bodies: Essays on Corporeality, Power and Ethics. New York and London: Routledge
- Harding, Sandra, (ed.) (1993). The "racial" economy of science: Toward a democratic future. Bloomington: Indiana University Press.

Herdt, Gilbert (ed.). (1994). *Third Sex Third Gender: Beyond Sexual Dimorphism in Culture and History*. New York: Zone Books

Héritier, F. (1996). *Masculin, Féminin. La pensée de la différence*. Paris, O. Jacob, 1996.

Irigaray, L. (1987). *Le temps de la différence*. Paris: Le livre de Poche

Jacobus, M., Fox Keller, E. and Sally Shuttleworth, S. (eds.). (1990). *Body/Politics: Women and the Discourses of Science*. New York and London: Routledge

Phelan, S. (1993) "(Be)coming Out : Lesbian Identity and Politics," *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol.18, no.4, Summer 1993. Univ. of Chicago Press

Phelan, S. (2001) *Sexual Strangers* . Philadelphia Temple Univ Press

Prokhoris, S (2000). *Le sexe Prescrit*. Paris: Flamamarion

Sadoff, D. (1998) *Sciences of the flesh*. Standford: Stanford: Stanford

Sayers, J. (1982) . *Biological Politics: Feminist and Anti-feminist Perspectives*. London and New York: Tavistock

Sgier, L., Mottier, V. et al. (orgs) (2000) *Genre et politique*. Paris: Gallimard

Simon, W. (1996). *Postmodern sexualities*. N.Y.:Routledge

Stein, E (1999). *The mismeasure of Desire*. Oxford: Oxford University Press

Wittig, M. (2001) *La Pensée Straight* (ed fr) Paris: Balland

Wittig, M. (sd) *sex and gender in*

[http://www.superioressays.com/Papers/Miscellaneous/SEX\\_NAD\\_GENDER.PHP](http://www.superioressays.com/Papers/Miscellaneous/SEX_NAD_GENDER.PHP)

Young, I. (1990). *Throwing like a girl and other essays in feminist social theory*. Bloomington: Indiana University Press

Young, I. (1990). Justice and the Politics of Difference (1990) . Princeton: Princeton University Press

Zita, Jacquelyn N. (1998). Body talk: Philosophical Reflections on Sex and Gender. N.Y: Columbia University Press

Em

Levy, Teresa (2004). Crueldade e crueza do binarismo. Em António Fernando Cascais (org) *Indisciplinar a teoria*. Lisboa:Fenda, 183:214